

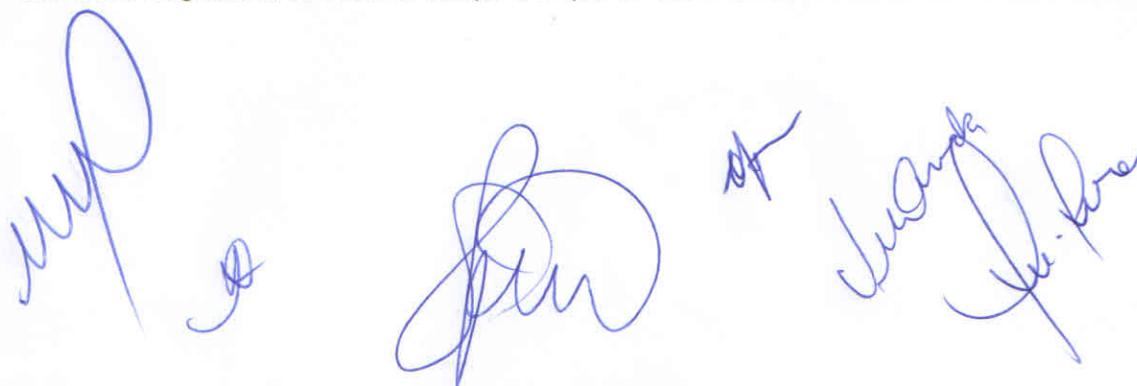
Ata da **Reunião Ordinária do Conselho Fiscal** do Instituto de Previdência Municipal de Ubatuba – IPMU, realizada aos três dias do mês de setembro de dois mil e catorze, às nove horas, na sala de reuniões da sede do IPMU. Presentes os membros: Aurélio Xavier Corrêa, Clélio Teodorico Coutinho, Isac Joaquim Mariano e Vitalina Maria de Arruda. Presente ainda Flávio Bellard Gomes, Presidente do IPMU e Sirleide da Silva, Diretora Administrativa e Financeira. O Conselheiro Cícero José de Jesus Assunção tem falta justificada por estar em gozo de férias. Aberta a reunião, a diretora administrativa financeira Sirleide, em atendimento a Lei Municipal 2.650/2002, realiza a explanação da **Prestação de Contas**, conforme processo administrativo **IPMU/087/2014**. Com relação aos **BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS**, foram informados sobre as aposentadorias concedidas no período, elevando para 405 (quatrocentos e cinco) o número total de benefícios. No fechamento de julho, o custo com a folha dos aposentados foi de R\$ 898.858,33 (oitocentos e noventa e oito mil oitocentos e cinquenta e oito reais e trinta e três centavos), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 746.511,73 (setecentos e quarenta e seis mil quinhentos e onze reais e setenta e três centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 145.800,19 (cento e quarenta e cinco mil oitocentos reais e dezenove centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 6.546,41 (seis mil quinhentos e quarenta e seis reais e quarenta e um centavos). Com relação às pensões, o número de benefícios concedidos é de 122 (cento e vinte e duas), com custo financeiro de R\$ 187.184,85 (cento e oitenta e sete mil cento e oitenta e quatro reais e oitenta e cinco), cabendo ao IPMU o valor de R\$ 164.762,56 (cento e sessenta e quatro mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta e seis centavos), à Prefeitura Municipal o valor de R\$ 17.320,68 (dezessete mil trezentos e vinte reais e sessenta e oito centavos) e à Câmara Municipal o valor de R\$ 5.101,61 (cinco mil cento e um reais e sessenta e seis centavos). No período, a relação **ativo x inativos** teve uma pequena elevação se comparada com dezembro de 2013, passando de 2,50 para 2,93 ativos para cada inativo, percentual bem próximo a margem de segurança considerada pelo Ministério da Previdência como necessária para a manutenção do equilíbrio financeiro e atuarial do plano de benefício previdenciário (mínimo de 3 ativos para 1 inativo). O repasse da contribuição previdenciária patronal e servidor também teve uma elevação, passando de R\$ 847.616,23 (oitocentos e quarenta e sete mil seiscentos e dezesseis reais e vinte e três centavos) recebidos em dezembro de 2013 para R\$ 1.028.460,70 (um milhão vinte e oito mil quatrocentos e sessenta reais e setenta centavos) em julho de 2014. Após o pagamentos da folha de benefícios, o saldo para aplicação passou de R\$ 61.468,69 (sessenta e um mil quatrocentos e sessenta e oito reais e sessenta e nove centavos), que representava 7,25% do valor recebido, para R\$ 117.186,50 (cento e dezessete mil cento e oitenta e seis reais e cinquenta centavos), representado 11,39% do valor recebido. **DESPESAS**. As Despesas Previdenciárias (R\$ 7.820.514,35 – sete milhões oitocentos e vinte mil quinhentos e catorze reais e trinta e cinco centavos) e



as Despesas Administrativas (R\$ 407.455,99 – quatrocentos e sete mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e noventa e nove centavos) no período ficaram dentro do orçamento. **RECEITAS.** As Receitas Orçamentárias no período (R\$ 31.317.004,95 – trinta e um milhões trezentos e dezessete mil quatro reais e noventa e cinco centavos) foram suficientes para neutralizar a Desvalorização das Aplicações Financeiras (R\$ 4.887.156,27 – quatro milhões oitocentos e oitenta e sete mil cento e cinquenta e seis reais e vinte e sete centavos), resultando num saldo positivo de R\$ 26.429.848,68 (vinte e seis milhões quatrocentos e vinte e nove mil oitocentos e quarenta e oito reais e sessenta e oito centavos). **COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA.** O repasse no período foi de R\$ 856.328,97 (oitocentos e cinquenta e seis mil trezentos e vinte e oito reais e noventa e sete centavos). Com relação aos valores bloqueados junto ao **BANCO SANTOS.** A última amortização ocorreu em dezembro de 2013, totalizando o de R\$ 1.213.184,36 (hum milhão duzentos e treze mil cento e oitenta e quatro reais e trinta e seis centavos), representando 44,87% do valor bloqueado em outubro de 2004 (R\$ 2.703.767,60 – dois milhões trezentos e três mil setecentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos).

**CENÁRIO ECONÔMICO e FINANCEIRO.** No primeiro semestre de 2014, os mercados foram marcados mais por fatores técnicos e eventos, do que propriamente por fundamentos. A crise entre Rússia e Ucrânia, a redução do ritmo do programa de recompra de títulos pelo Banco Central norte-americano, o anúncio de medidas para estimular a economia na Zona do Euro e a desaceleração da economia chinesa marcaram o cenário externo. No mercado doméstico, a perspectiva (e posterior confirmação) de rebaixamento da nota de crédito do país pela Standard & Poor's e as indefinições no cenário político, com o mercado se movendo a cada pesquisa eleitoral anunciada, foram o centro das atenções. A tônica do primeiro semestre foi um mercado muito indefinido, com volatilidade alta e comportamento muito mais atrelado ao fluxo de recursos externos. A tendência é continuar assim. No mercado de renda fixa, a discussão acerca da sustentação do cenário econômico-financeiro, que tem mantido a valorização dos ativos no mercado doméstico, vem levantando suposições a respeito da duração desse processo e dos riscos de reversão desse panorama no segundo semestre. O movimento da taxa de câmbio ao longo deste primeiro semestre tem colaborado para um cenário de menor volatilidade no mercado de renda fixa e, até para a valorização dos ativos. O entendimento de que a taxa real de juros que corrigem os títulos públicos estão altas tem atraído investimentos estrangeiros, com movimentos importantes sobre os preços dos ativos e o mercado de câmbio. Um dos principais destaques do mês foi a atividade econômica crescendo nos EUA e China e caindo aqui dentro. Tensões geopolíticas, fracos resultados corporativos e preocupações crescentes sobre quando o Banco Central Americano começa a subir os juros, colocaram os investidores na defensiva, evitando os ativos de maior risco. Nos **Estados Unidos**, os membros do FED explicitaram os principais pontos de sua estratégia de saída da política de expansão monetária em curso. Definiram que as compras de ativos serão encerradas em outubro

desse ano, com uma redução final de US\$ 15 bilhões no montante total comprado no mês e que a taxa de juros sobre reservas em excesso dos bancos comerciais junto ao FED (Banco Central Americano) deve possuir papel importante durante o processo de normalização. Analistas de mercado acreditam que a continuidade do crescimento da economia nos próximos trimestres deverá diminuir o desemprego adicionalmente e pressionar os salários e a inflação. Nesse cenário, o FED deverá iniciar o ciclo de aumento das taxas de juros básicas em meados de 2015. Na **Europa**, os estímulos monetários prosseguem em meio a certa moderação na confiança de empresários. O Banco Central Europeu anunciou os detalhes das novas operações de estímulo monetário (linhas de empréstimo aos bancos), que sinalizaram um potencial impacto no crédito maior do que o inicialmente esperado ao permitir que os bancos acessem até um trilhão de euros, além de flexibilizar as regras para que os bancos cujas carteiras de crédito tenham sido aumentadas nos últimos doze meses tenham maior acesso a essa linha de empréstimo. Os dados de atividade divulgados em julho, por sua vez, indicaram arrefecimento da economia na região. Apesar dessa frustração com os dados efetivos, a confiança na Zona do Euro iniciou o terceiro trimestre em alta, e após duas quedas consecutivas, o PMI (indicador de confiança) atingiu 54 pontos em julho, vindo de 52,8 pontos em junho, o que indica um crescimento de 0,4% do PIB no terceiro trimestre. Na **China**, os dados de junho de atividade e crédito surpreenderam positivamente aumentando a probabilidade de cumprimento da meta de crescimento de 7,5% deste ano. Para os próximos meses, a elevação nos indicadores de confiança reforça a expectativa de moderado crescimento da atividade econômica no segundo semestre do ano. No **Japão**, o Banco Central manteve a política monetária inalterada e revisou suas projeções de crescimento ligeiramente para baixo. Como amplamente esperado, o Banco Central do Japão manteve a taxa de juros em 0,10% ao ano e seu programa de compra de ativos inalterado. Diante dos dados mais fracos do que o esperado de atividade, sobretudo dos investimentos, o BoJ revisou a sua projeção de PIB para este ano de 1,1% para 1,0% e manteve a projeção de inflação em 3,3%. No **Brasil**, a atividade econômica continuou se deteriorando, com sinais mais fortes de desaquecimento no mercado de trabalho. Apesar do impacto negativo da copa do mundo, indicadores como perda de confiança e estoques elevados tornam improvável uma recuperação mais consistente da economia nos próximos meses. Ao mesmo tempo, a inflação de curto prazo está passando um período de arrefecimento, em grande parte devido ao comportamento benigno dos preços de alimentos. O Banco Central, entretanto, enfatizou que o cenário de convergência da inflação para a meta embute estabilidade da política monetária, evitando sancionar expectativas de afrouxamento monetário. O cenário eleitoral continuou a influenciar o mercado, com os principais institutos de pesquisa mostrando nova redução na diferença das intenções de votos entre os principais candidatos no segundo turno. Taxa Selic. Diante de uma economia fragilizada, ao mesmo tempo em que se observa recuo nas taxas mensais de inflação – graças a



sazonalidade do período –, o mercado futuro de DIs passou a precificar a possibilidade de o Copom efetuar um corte na taxa Selic na reunião de setembro. Com a inflação acima do topo da meta, expectativas desancoradas e necessidade de realinhamento dos preços administrados, além da taxa de desemprego em níveis historicamente baixos não deixam espaço para corte da taxa básica de juros. Os argumentos pró-estabilidade da Selic baseiam-se na percepção de que novas altas são limitadas pela fraqueza da atividade, enquanto a inflação elevada reduz espaço para que se retome o corte da Selic, no momento. Inflação. O IPCA de julho desacelerou para 0,01%, passando de 6,52% para 6,50%, em 12 meses, exatamente o teto da meta, sendo melhor que as estimativas com variação muito semelhante ao mesmo período do ano passado. Por outro lado, o detalhamento geral atualmente é menos favorável. Assim, as próximas divulgações podem manter a inflação acumulada muito próxima ao teto da meta. RENDA FIXA. No mês de julho, as taxas de juros no mercado doméstico passaram por dois momentos: nas três primeiras semanas recuaram, respondendo a dados e à percepção cada vez mais forte de uma desaceleração mais acentuada da atividade econômica doméstica. Depois disso voltaram a subir, em função do acirramento das tensões geopolíticas na Ucrânia, do default seletivo da Argentina, dos dados positivos do PIB norte-americano, dos números fiscais ruins de junho e da ata da reunião do COPOM, que praticamente fechou as portas para cortes da SELIC. RENDA VARIÁVEL. Diferentemente dos meses anteriores, nos quais ocorreram mudanças de direção na percepção dos investidores, em julho a bolsa brasileira permaneceu no terreno positivo ao longo de todo o mês. Somente na última semana é que observou-se uma pequena realização dos ganhos acumulados dentro de julho. A trajetória da bolsa foi influenciada principalmente pelo excesso de liquidez de recursos global, com os bancos centrais das principais economias mantendo uma postura de política monetária mais flexível. Destaque nesse ponto para o Banco Central Europeu que anunciou em junho medidas de incremento de liquidez a serem implementadas mais à frente. A economia americana continuou sinalizando melhora da atividade econômica através dos índices de produtos manufaturados divulgados ao longo do mês e pelo mercado de trabalho mais aquecido com criação de vagas e variação da folha de pagamento superando as previsões dos economistas. O único setor que ainda dá sinais mistos de recuperação é o de compra e venda de imóveis. Com isso, o Federal Reserve manteve o discurso de que os juros deverão ser mantidos aos níveis atuais durante um longo período de tempo. Nas demais economias tivemos sinais na mesma linha. A bolsa brasileira encerrou o mês de julho com uma alta de 5,01% ao nível de 55.829 pontos. Desempenho dos principais índices de renda fixa e renda variável no mês de julho: 5,94% dividendos, 5,23% Ibrx-50, 5,01% Ibovespa, 1,31% IMA-B 5+, 1,24% IRFM 1+, 1,13% IRFM Total, 1,12% IMA-B Total, 0,94% IRFM 1, 0,85% IMA-B 5, 0,31% Imobiliário e -3,35% Small Caps. Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável no ano: 12,61% IMA- B 5+, 10,75% IMA-B Total, 9,17% IRFM 1+, 8,39% Ibovespa, 8,30% Ibrx-50, 8,04% IRFM-Total, 7,95% IMAB-5, 6,89% Dividendos, 6,02%



IRFM 1, -1,80% Imobiliário e -6,06% Small Caps. **Desempenho dos principais índices de renda fixa e variável em 12 meses:** 16,89% Ibrx-50, 15,75% Ibovespa, 14,87% Dividendos, 10,57% Ima-B 5, 9,83% IRFM-1, 9,75% IRFM-Total, 6,71% IMA-B Total, 4,17% IMA-B 5+, -6,73% Small Caps e -6,96% Imobiliário. A **Carteira de Investimentos do IPMU**, apresentou **valorização dos ativos financeiros**, no sétimo mês do ano, elevando o patrimônio financeiro, que passou de **207.286.205,24** (duzentos e sete milhões duzentos e oitenta e seis mil duzentos e cinco reais e vinte e quatro centavos) em junho, para **R\$ 209.682.049,41** (duzentos e nove milhões seiscentos e oitenta e dois mil quarenta e nove reais e quarenta e um centavos) em julho. A valorização dos ativos financeiros observada no período não foi suficiente para atingir a meta atuarial, que fechou no acumulado em 7,519% enquanto o crescimento financeiro foi de 7,384%. Os **fundos de Renda Fixa** teve valorização de R\$ 15.916.271,63 (quinze milhões novecentos e dezesseis mil duzentos e setenta e um reais e sessenta e três centavos), desvalorização de R\$ 2.775.004,03 (dois milhões setecentos e setenta e cinco mil quatro reais e três centavos), resultando no acumulado de R\$ 13.141.267,60 (treze milhões cento e quarenta e um mil duzentos e sessenta e sete reais e sessenta centavos). A **Carteira de Títulos Públicos** teve valorização de R\$ 5.340.067,75 (cinco milhões trezentos e quarenta mil sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos), desvalorização de R\$ 1.119.973,27 (um milhão cento e dezenove mil novecentos e setenta e três reais e vinte e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 4.220.094,48 (quatro milhões duzentos e vinte mil noventa e quatro reais e quarenta e oito centavos). Os **fundos de Renda Variável** teve valorização de R\$ 1.705.960,33 (um milhão setecentos e cinco mil novecentos e sessenta reais e trinta e três centavos), desvalorização de R\$ 992.178,97 (novecentos e noventa e dois mil cento e setenta e oito reais e noventa e sete centavos), resultando no acumulado de R\$ 713.781,36 (setecentos e treze mil setecentos e oitenta e um reais e trinta e seis centavos). **Diversificação dos investimentos.** A carteira de investimentos apresenta a seguinte forma de alocação: a-) Fundos IMA-B: R\$ 51.644.654,70 (cinquenta e um milhões seiscentos e quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta centavos) correspondendo a 24,63% do PL; b-) Títulos Públicos IPCA: R\$ 42.637.555,61 (quarenta e dois milhões seiscentos e trinta e sete mil quinhentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e um centavos) correspondendo a 20,33% do PL; c-) Fundos DI: R\$ 45.953.219,05 (quarenta e cinco milhões novecentos e cinquenta e três mil duzentos e dezenove reais e cinco centavos) correspondendo a 21,92% PL; d-) Fundos Crédito Privado IPCA: R\$ 10.696.994,00 (dez milhões seiscentos e noventa e seis mil novecentos e noventa e quatro reais) correspondendo a 5,10% do PL; e-) Títulos Públicos IGPM: R\$ 13.642.258,06 (treze milhões seiscentos e quarenta e dois mil duzentos e cinquenta e oito reais e seis centavos), correspondendo a 6,51% do PL; f-) Fundos IMA-B 5: R\$ 14.373.983,95 (catorze milhões trezentos e setenta e três mil novecentos e oitenta e três reais e cinco centavos) correspondendo a 6,86% do PL; g-) Fundos IRFM 1: R\$ 13.521.013,08 (treze milhões quinhentos e vinte e um

mil treze reais e oito centavos), correspondendo a 6,45% do PL; h-) Fundos Ibovespa: R\$ 8.256.690,59 (oito milhões duzentos e cinquenta e seis mil seiscentos e noventa reais e cinquenta e nove centavos) correspondendo a 3,94% do PL; i-) Fundos IMA-B 5+: R\$ 4.508.154,46 (quatro milhões quinhentos e oito mil cento e cinquenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) correspondendo a 2,15% do PL; j-) Fundos Ibx-50: R\$ 2.794.354,37 (dois milhões setecentos e noventa e quatro mil trezentos e cinquenta e quatro reais e trinta e sete centavos) correspondendo a 1,33% do PL; l-) Fundos Infraestrutura: R\$ 840.402,10 (oitocentos e quarenta e mil quatrocentos e dois reais e dez centavos) correspondendo a 0,40% do PL; m-) Fundos Small Caps: R\$ 464.301,02 (quatrocentos e sessenta e quatro mil trezentos e um reais e dois centavos) correspondendo a 0,22% do PL e n-) Fundos Dividendos: R\$ 348.468,42 (trezentos e quarenta e oito mil quatrocentos e sessenta e oito reais e quarenta e dois centavos) correspondendo a 0,17% do PL. **Aplicação de recursos por Instituição Financeira.** Os recursos financeiros do IPMU estão alocados em 08 (oito) instituições: a-) Caixa Econômica Federal: R\$ 45.244.361,77 (quarenta e cinco milhões duzentos e quarenta e quatro mil trezentos e sessenta e um reais e setenta e sete centavos) correspondendo a 21,83% do PL; b-) Itaú: R\$ 24.829.912,66 (vinte e quatro milhões oitocentos e vinte e nove mil novecentos e doze reais e sessenta e seis centavos) correspondendo a 11,98% do PL; c-) Santander: R\$ 19.445.977,64 (dezenove milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil novecentos e setenta e sete reais e sessenta e quatro centavos) correspondendo a 9,38% do PL; d-) HSBC: R\$ 18.122.308,30 (dezoito milhões cento e vinte e dois mil trezentos e oito reais e trinta centavos) correspondendo a 8,74% do PL; e-) Bradesco: R\$ 12.850.624,28 (doze milhões oitocentos e cinquenta mil seiscentos e vinte e quatro reais e vinte e oito centavos) correspondendo a 6,20% do PL; f-) BNP Paribas: R\$ 11.553.635,32 (onze milhões quinhentos e cinquenta e três mil seiscentos e trinta e cinco reais e trinta e dois centavos) correspondendo a 5,57% do PL; g-) Banco do Brasil: R\$ 10.891.756,20 (dez milhões oitocentos e noventa e um mil setecentos e cinquenta e seis reais e vinte e um centavos) correspondendo a 5,25% do PL e h-) Sul América: R\$ 8.502.600,10 (oito milhões quinhentos e dois mil seiscentos reais e dez centavos) correspondendo a 4,10% do PL. A carteira de Títulos Públicos encerrou o mês com R\$ 55.845.028,97 (cinquenta e cinco milhões oitocentos e quarenta e cinco mil vinte e oito reais e noventa e sete centavos) correspondendo a 26,94% do PL. **Enquadramento das Aplicações Financeiras.** Com exceção das aplicações no segmento de fundos de crédito privado (desenquadramento passivo), todas as demais aplicações financeiras estão enquadradas conforme Resolução CMN 3.922/2010. **Fundos de Crédito Privado.** As aplicações nos Fundo de Investimentos - Renda Fixa "Crédito Privado" estão em desacordo com o Artigo 7º, inciso VII, alínea "b" (aplicação superior a 5% do total dos recursos) desde maio de 2013: 5,04% (maio/13), 5,22% (junho/13), 5,17% (julho/13), 5,29% (agosto/13), 5,26% (setembro/13), 5,17% (outubro/13), 5,14% (novembro/13), 5,36% (dezembro/13), 5,36% (janeiro/14), 5,20% (fevereiro/14), 5,19% (março/14), 5,17%

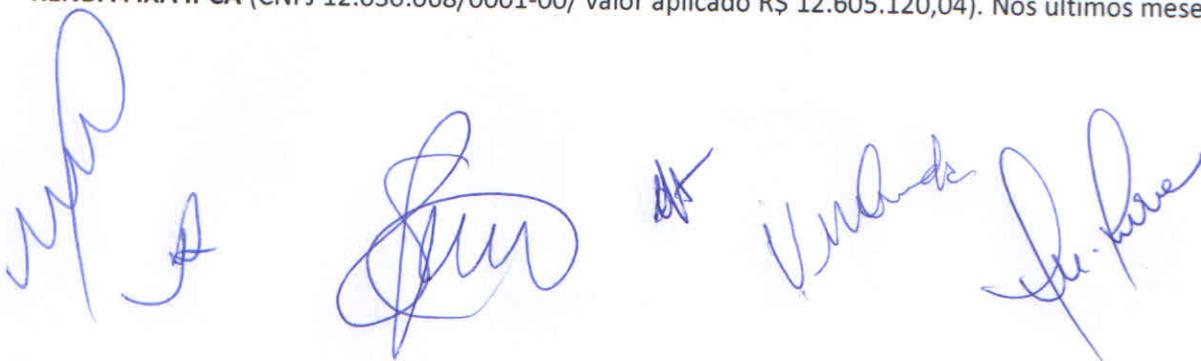


(abril/14), 5,10% (maio/14), 5,11% (junho/2014) e 5,10% (julho/2014). O desenquadramento é fator impeditivo para a renovação do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária, que vence em 20/09/2014.

**Meta Atuarial.** A meta atuarial fechou o mês de julho em 0,62% e no ano em 7,54%. **Rentabilidade dos fundos de investimentos.** A grande volatilidade dos mercados, tanto no segmento de “renda fixa” quanto no segmento de “renda variável” tem dificultado na performance das aplicações quanto comparadas à “meta atuarial”. No fechamento do de julho, onze aplicações financeiras conseguiram superar a meta atuarial, enquanto treze aplicações financeiras ficaram abaixo da meta atuarial: Caixa IMA-B 5+ (12,81%/ 169,89% da meta atuarial), HSBC IPCA IMA-B (11,98%/ 158,88% da meta atuarial), SulAmérica IMA-B (11,37%/ 150,79% da meta atuarial), Itaú IMA-B (10,48%/ 138,99% da meta atuarial), Santander IMA-B (10,39%/ 137,79% da meta atuarial), BNP Paribas IMA-B (10,31%/ 136,73% da meta atuarial), Títulos 2015 (8,70%/ 115,47% da meta atuarial), Títulos 2024 (8,54%/ 113,26% da meta atuarial), Santander IMA-B 5 (7,82%/ 103,71% da meta atuarial), Itaú IMA-B 5 (7,70%/ 102,12% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA X (6,62%/ 87,79% da meta atuarial), Caixa IBRX-50 (6,50%/ 86,20% da meta atuarial), Caixa Brasil IPCA XII (6,42%/ 85,14% da meta atuarial), HSBC Ibovespa Ativo (6,40%/ 84,88% da meta atuarial), Santander Ibovespa (6,31%/ 83,68% da meta atuarial), Santander Corporate DI (6,05%/ 80,23% da meta atuarial), Caixa Brasil DI (5,99%/ 79,44% da meta atuarial), Títulos 2021 (5,92%/ 78,51% da meta atuarial), Bradesco Federal Extra DI (5,88%/ 77,98% da meta atuarial), Brasil IRFM 1 (5,84%/ 77,45% da meta atuarial), Santander IRF-M 1 (5,73% / 75,99% da meta atuarial), Brasil Dividendos (-1,68%/ -22,28% da meta atuarial), Santander Small Caps (-2,25%/ -29,84% da meta atuarial) e Santander Infraestrutura (-8,26%/ -109,54% da meta atuarial).

**INVESTIMENTOS.** A principal recomendação de especialistas em investimentos para o segundo semestre de 2014 pode ser resumida em uma orientação: **seja conservador.** A palavra de ordem continua sendo a cautela, uma vez que as incertezas permanecem. Para a Renda Fixa, diante do cenário de volatilidade no curto prazo, a recomendação é **diminuir a duration da carteira** aplicando os recursos novos em fundos mais curtos, e conseqüentemente menos voláteis, como IRF-M 1 e CDI. Os especialistas não recomendam movimentos bruscos entre fatores de risco (sacar de fundos IMA-B e colocar em um CDI), mas de forma gradual, migrando percentual de fundos atrelados ao IMA-B para fundos com menor volatilidade. Tal estratégia visa a proteção no curto prazo. Quando o quando o cenário permanecer estável, será necessário agilidade e estratégia para retornar aos índices IMA, para garantir o equilíbrio atuarial e financeiro. Para a Renda Variável, os analistas indicam a necessidade de definir um percentual do repasse/contribuição destinado ao segmento: percentual entre 5% e 10% do repasse. A melhor estratégia não é a migração imediata de 10% daquilo que está em renda fixa para a renda variável, mas sim construir uma carteira aos poucos para não correr o risco de entrar no mercado em um momento ruim. É importante ressaltar que a análise dos resultados dos investimentos no intervalo de um

mês não é suficiente para que seja feita uma decisão consciente sobre qual aplicação escolher. Investir olhando no retrovisor é fácil, mas pode ser uma estratégia errada, afinal, como diz um dos principais lemas das finanças: rendimento passado não é garantia de retorno futuro. **CONSULTORIA CRÉDITO E MERCADO.** O IPMU contratou a consultoria em investimentos CRÉDITO E MERCADO , pelo prazo de dois meses, para realizar a avaliar a composição da Carteira de Investimentos, visando uma diversificação mais eficiente, com melhor qualidade em risco, retorno, liquidez e taxas de administração. **CONSIDERAÇÕES DA CONSULTORIA.** A carteira de investimentos do IPMU apresenta uma diversificação entre segmentos de atuação permitidos pela Resolução CMN nº 3.922/2010 com diversos níveis de relação de Risco X Retorno e Correlação. Entretanto, cabe ressaltar alguns fatores quanto à composição da carteira. **Renda Fixa.** O Cenário Econômico de 2013 trouxe fortes oscilações para carteira de investimentos dos RPPS's, atrelado ao componente de aumento de taxa de juros (Selic) para combater o aumento da inflação. Atônitos com a queda de seus patrimônios, alguns gestores optaram por resgatar seus investimentos de IMA-B, visando à proteção do patrimônio. Tal movimento era recomendado, porém observados os limites de indexação ao passivo atuarial. O IMA-B possui a característica de acompanhar a inflação, e por este motivo, sempre que o Banco Central decide combatê-la, o preço do título se desvaloriza. O gestor não deve esquecer que a grande vantagem é que o cupom de juros aumenta em função do próprio aumento da taxa de juros (SELIC), fazendo com que o Instituto obtenha ganhos reais mais importantes do que a variação da inflação no médio e longo prazo. Na carteira de investimentos do IPMU, observamos uma alta cobertura frente ao Passivo atuarial. **Renda Variável.** O IPMU apresenta uma participação de 5,96% do Patrimônio Líquido aplicado no do segmento de renda variável, subdivididos em Fundos de Investimentos em Ações atrelados ao Ibovespa e IBRX 50, Infraestrutura, Small Caps, Dividendos MidCaps. Cada um destes produtos apresenta características específicas quanto à composição da carteira, mostrando uma carteira bem diversificada neste segmento. **AVALIAÇÃO DOS FUNDOS.** 1-) **BB IRF M1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA PREVIDENCIÁRIO** (CNPJ: 11.328.882/0001-35 / valor aplicado R\$ 10.632.667,09). Com o atual cenário econômico, iniciamos a recomendação de assumir um pouco mais de risco na renda fixa, mantendo uma posição média de 30% no curto prazo (CDI e IRF-M 1). O fundo se torna uma alternativa de diversificação, tendo em vista sua composição de carteira e potencial de valorização e estratégia proposta. 2-) **CAIXA BRASIL IMA-B 5+ TÍTULOS PÚBLICOS FI RENDA FIXA LP** (CNPJ 10.577.503/0001-88/ valor aplicado R\$ 4.508.154,46). IMA-B 5+ (títulos com mais de 5 anos para o vencimento). Esse índice por possuir uma duration (vencimento dos títulos) maior, as oscilações provocadas pela marcação a mercado proporcionam maior volatilidade, não recomendamos novas aplicação neste segmento, porém manter aplicação visando longo prazo. 3-) **HSBC REGIMES DE PREVIDÊNCIA ATIVO FI RENDA FIXA IPCA** (CNPJ 12.030.068/0001-00/ valor aplicado R\$ 12.605.120,04). Nos últimos meses, iniciamos



a recomendação de assumir um pouco mais de risco na renda fixa, com gradual redução das posições em CDI e IRF-M 1, e migração dos recursos para o IMA-B, IMA-B5 ou IMA-Geral. O fundo se enquadra na estratégia recomendada pela Credito & Mercado para o atual cenário, desta forma recomendamos a sua manutenção na carteira. **4-) ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO 5 FIC RENDA FIXA** (CNPJ 09.093.819/0001-15/ valor aplicado R\$ 6.205.068,38). Como a estratégia é indicada para carteira do instituto, que tem seu passivo atrelado à variação da inflação. O fundo se torna uma alternativa de diversificação, levando-se em consideração a composição de carteira e potencial de valorização, porém o instituto possui em carteira, fundos com estratégia semelhante e taxa de administração menor. **5-) ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA** (CNPJ 10.474.513/0001-98/ valor aplicado R\$ 18.878.625,87). A recomendação é manutenção do fundo na carteira, pois está em linha com a recomendação da Credito & Mercado para o atual cenário do mercado. **6-) SANTANDER IMA B 5 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA** (CNPJ 13.455.117/0001-01/ valor aplicado R\$ 8.168.915,57). O fundo se mostra como uma boa alternativa para a diversificação da carteira, tendo em vista sua composição de carteira e potencial de valorização, em linha com cenário atual, recomendamos a manutenção da aplicação e manutenção da participação no segmento. **7-) SANTANDER IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP** (11.180.607/0001-17 / valor aplicado R\$ 209.303,12). Devido elevada taxa de administração e a baixa rentabilidade (que estão diretamente associadas), recomendamos migração para alternativas mais viáveis, em fundo com a mesma característica, na mesma instituição. **8-) SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA** (CNPJ 10.979.017/0001-96 / valor aplicado R\$ 2.888.345,99). Recomendamos migração, o produto apresenta riscos excessivos em relação taxa/retorno/risco, carteira do instituto possui fundos na mesma característica. **9-) SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP** (CNPJ 09.326.708/0001-01 / valor aplicado R\$ 8.277.730,94). Com o atual cenário econômico, iniciamos a recomendação de assumir um pouco mais de risco na renda fixa, mantendo uma posição média de 30% no curto prazo (CDI e IRF-M 1). Dada a composição da carteira do instituto apresenta concentração acima do limite recomendado para o momento, recomendamos a migração dos recursos aplicados neste fundo para fundo no segmento IRF-M 1 para que possamos manter a proporção de aplicação em torno de 50% em IMA B e IMA Geral e 30% em CDI/IRFM 1. **10-) BNP PARIBAS INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA** (CNPJ 05.104.498/0001-56/ valor aplicado R\$ 11.673.874,73). O fundo se torna uma alternativa de diversificação, tendo em vista sua composição de carteira, porém o fundo não superou o benchmark em nenhum dos períodos nos últimos 12 meses. Existem alternativas mais viáveis dentro da carteira do Instituto, com a mesma característica e com menor taxa de administração. **11-) BRADESCO FEDERAL EXTRA FI REFERENCIADO DI** (CNPJ 03.256.793/0001-00 /valor aplicado R\$ 12.969.758,69). Com o atual cenário econômico, iniciamos a recomendação de assumir um pouco mais de risco na renda fixa, mantendo uma posição média de 30% no curto prazo (CDI e IRF-M 1).

Em linha com percentual na carteira do instituto, manter aplicação. **12-) CAIXA BRASIL FI REFERENCIADO DI LP** (CNPJ 03.737.206/0001-97/ valor aplicado R\$ 28.058.854,31). A carteira de investimentos do RPPS contém produtos com estratégia semelhante, entretanto, os custos de taxa de administração somados com a capacidade de gestão do fundo trazem performance em linha com o indicador de referência (benchmark). Manter investimento. **13-) SANTANDER CORPORATE FIC REFERENCIADO DI** (CNPJ 03.069.104/0001-40/ valor aplicado R\$ 4.924.606,05). Tendo em vista a recomendação de manter a carteira em linha com a estratégia proposta recomendamos manter os valores aplicados no fundo. **14-) CAIXA BRASIL X FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO** (CNPJ 12.321.730/0001-73/ valor aplicado R\$ 6.099.200,00). A carteira de investimentos do IPMU apresenta desenquadramento passivo no Artigo 7º, Inciso VII, Alínea B da Resolução 3.922/10. Este desenquadramento pode variar em função dos aportes e também pela oscilação dos títulos que compõem a carteira do fundo. A recomendação, neste caso, é solicitar ao MPAS que classifique os fundos como "Em enquadramento", objetivando evitar o bloqueio do CRP do município de Ubatuba. **15-) CAIXA BRASIL XII FI RENDA FIXA IPCA CRÉDITO PRIVADO** (CNPJ 12.321.708/0001-23 / valor aplicado R\$ 4.597.794,00). A carteira de investimentos do IPMU apresenta desenquadramento passivo no Artigo 7º, Inciso VII, Alínea B da Resolução 3.922/10. Este desenquadramento pode variar em função dos aportes e também pela oscilação dos títulos que compõem a carteira do fundo. A recomendação, neste caso, é solicitar ao MPAS que classifique os fundos como "Em enquadramento", objetivando evitar o bloqueio do CRP do município de Ubatuba. **16-) CAIXA BRASIL IBX 50 FI AÇÕES** (CNPJ 03.737.217/0001-77/ valora aplicado R\$ 2.503.135,58). Nota-se que a diversificação com este fundo é fundamental, além de que o instituto terá uma carteira visando cenários de prazos longos e não somente visando o curto prazo. Vale ressaltar que este segmento apresenta volatilidade devido à variação dos preços dos ativos que compõem a carteira, mas é um fator que pode gerar grande rentabilidade para o longo prazo. **17-) HSBC REGIMES DE PREVIDÊNCIA IBOVESPA FIC AÇÕES** (CNPJ 11.232.995/0001-32/ valor aplicado 5.809.707,37). O mercado de renda variável é conhecido por seu acentuado grau de volatilidade, entretanto, justamente esta volatilidade pode gerar potenciais ganhos. O produto apresenta uma boa relação de Risco X Retorno, agregando diversificação a carteira de renda variável do instituto. **18-) SANTANDER INSTITUCIONAL IBOVESPA ATIVO FI AÇÕES** (CNPJ 01.699.688/0001-02/ valor aplicado R\$ 2.446.983,22). O mercado de renda variável é conhecido por seu acentuado grau de volatilidade, entretanto, justamente esta volatilidade pode gerar potenciais ganhos. O fundo é uma alternativa de investimento para o longo prazo, haja vista que está correlacionado com o objetivo de investimentos do instituto. **19-) BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES** (CNPJ 14.213.331/0001-14/ valor aplicado R\$ 348.468,42). Sua estratégia de gestão agrega para o instituto no sentido de diversificar os investimentos, mas vale ressaltar que é investimento para longo prazo. Fundos dividendos são adequados para momentos de

volatilidade na bolsa, pois seu fundamento é buscar ações que pagam bons dividendos (renda constante) e não buscar somente a rentabilidade através da volatilidade. O fundo não tem alcançado o benchmark nos meses analisados. Desta forma, recomendamos a migração para fundos com estratégia de aplicação em fundos que aplique em ações boas pagadores de dividendos e com desempenho melhor que o fundo analisado. **20-) SANTANDER SMALL CAP FI AÇÕES** (CNPJ 08.537.792/0001-40/ valor aplicado R\$ 464.301,02). O fundo não apresenta desempenho satisfatório nos períodos analisados, desta forma recomendamos buscar no mercado outra alternativa com maior potencial de valorização, objetivando melhorar a performance da carteira. **21-) SUL AMÉRICA TOTAL RETURN FI AÇÕES** (CNPJ 11.458.144/0001-02 / valor aplicado R\$ 291.218,79). O Fundo não tem obtido uma rentabilidade satisfatória, o que demonstra o estilo de gestão e sua estrutura. Manter a aplicação pode não ser vantajosa para o momento, existem opções no mercado com rentabilidades superiores e projeção futura melhor. **22-) SANTANDER INFRAESTRUTURA FIC AÇÕES** (CNPJ 11.180.612/0001-20 / valor aplicado R\$ 840.402,10). Desenquadramento, por não atender o disposto no Artigo 8º Inciso III: "até 15% (quinze por cento) em cotas de fundos de investimento em ações, constituídos sob a forma de condomínio aberto, cujos regulamentos dos fundos determinem que as cotas de fundos de índices referenciados em ações que compõem suas carteiras estejam no âmbito dos índices previstos no inciso II deste artigo;". Neste caso o fundo deve estabelecer em seu regulamento que quanto for permitido aplicar em fundos, estes devem ser referenciados em Ibovespa, IBRX ou IBRX 50. Assim, recomenda-se o resgate deste fundo. **CONCLUSÃO.** Rentabilidade passada não é garantia de rentabilidade futura, sendo ela positiva ou negativa. Este é um dos jargões mais utilizados no mercado financeiro, e leitura obrigatória contida nos regulamentos e prospectos dos Fundos de Investimentos de acordo com a ANBIMA. A volatilidade é o risco que está embutido, em maior ou menor escala, em todos os investimentos existentes, passando dos mais conservadores aos mais arrojados. Esta tal volatilidade é um dos fatores que geram a rentabilidade tão esperada dos grandes investidores, mas ao mesmo tempo, podem suscitar também momentos de instabilidade, períodos de rentabilidade insatisfatória. O gestor deve saber passar por esses momentos com serenidade, cautela e sensatez. Mesmo o preço do título se desvalorizando, é preciso lembrar que o compromisso do Instituto é de longo prazo. É muito importante que o gestor mantenha a calma, não tome decisões precipitadas, para não prejudicar todo um trabalho planejado. Neste momento, o auxílio do comitê de investimento e dos consultores é de fundamental importância para que o Instituto tome suas decisões com prudência, sem se deixar levar pelo imediatismo. A preocupação com a meta atuarial deve estar sempre no foco, é um termo de referência, um objetivo a ser alcançado, e não uma obrigação a ser atingida a todo o momento. Devemos nos esforçar para superá-la, mas principalmente observar o resultado no longo prazo, pois uma venda errada no meio do caminho, com receio de uma queda, pode gerar a realização de



prejuízo, em alguns cenários, irreversíveis mesmo no longo prazo. No segmento de renda fixa, iniciamos a recomendação de assumir um pouco mais de risco, com gradual redução das posições em CDI e IRFM 1, com aporte de novos recursos para o IMA-B, IMA-B5 ou IMA-Geral. Destacamos alguns pontos de atenção com relação à carteira do Instituto: a-) Procurar melhores alternativas que proporcione melhor retorno no segmento de renda fixa e renda variável, analisando os pontos relatados em cada fundo, buscando uma diversificação mais eficiente da carteira, com melhor qualidade em risco, retorno, liquidez e taxas de administração; b-) Atentar aos requisitos da Portaria MPS nº 440/2013, que dispõe sobre o credenciamento do Gestor e Administrador dos fundos de investimentos, observando o elevado padrão de credibilidade, tradição em gestão e sólida estrutura organizacional, bem como a equipe de profissionais altamente qualificados e c-) Verificar a capacidade financeira para aplicações de longo prazo, em linha com exigência da Portaria MPS nº 440/2013, analisando a possibilidade de ser feito um estudo aprofundado no fluxo financeiro/atuarial, a fim de se verificar a solvabilidade do plano de benefícios no longo prazo, considerando que novos aportes em investimento de longo prazo podem impactar no pagamento dos benefícios futuros. A carteira de investimentos do IPMU apresenta boa diversificação, mas uma concentração importante, de 56,58%, em ativos atrelados ao IMA B. Desta forma recomendamos a redução deste percentual para 50%, que pode ser feita migrando 6,58% para fundos atrelados ao IMA B 5. Por sua vez a carteira de renda variável é composta por fundos de segmentos variados, porém com altos índices de correlação. Desta forma, recomendamos estudar a reformulação da carteira buscando maior diversificação e maior eficiência na obtenção dos retornos exigidos pelo objetivo de investimentos. **DELIBERAÇÃO DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS**. Os membros do Comitê de Investimentos, na reunião ordinária realizada no dia 28/08/2014, diante das recomendações do consultoria e assessoria financeira CRÉDITO e MERCADO, levando em consideração as perspectivas do mercado para curto, médio e longo prazo e principalmente considerando o perfil conservador do IPMU, decidiram por unanimidade: 1-) **Fundo ITAÚ INSTITUCIONAL INFLAÇÃO 5 FIC RENDA FIXA** (09.093.819/0001-15): permanecer com o valor aplicado no mês de setembro e solicitar ao gestor da Instituição indicação de outros produtos para possível migração de valores. 2-) **Fundo SANTANDER IMA-B TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA LP**(11.180.607/0001-17): considerando que os recursos do fundo são utilizados para pagamento das despesas administrativa, migrar para fundo destinado ao fluxo de caixa, Santander Corporate FIC Referenciado DI; 3-) **Fundo SANTANDER IRF-M 1 TÍTULOS PÚBLICOS FIC RENDA FIXA** (10.979.017/0001-96): considerando que os valores aplicados neste fundo tem como um dos objetivos o pagamento da folha de pagamento dos aposentados e pensionista, migrar para o fundo Santander Corporate FIC Referenciado DI, fundo destinado ao fluxo de caixa, e que apresenta melhor performance até a data de 27/08/2014. Santander IRFM 1 (0,67% no mês e 5,73% no ano) e Santander



Corporate DI (0,79% no mês e 6,05% no ano); 4-) **Fundo SUL AMÉRICA INFLATIE FI RENDA FIXA LP** (09.326.708/0001-01): manter a aplicação no fundo no mês de setembro e solicitar à Instituição Financeira sugestão de fundos no segmento IRFM-1; 5-) **Fundo BNP PARIBAS INFLAÇÃO FIC RENDA FIXA** (05.104.498/0001-56): manter a aplicação no mês de setembro e solicitação à Instituição Financeira, novas alternativas de investimento para o RPPS; 6-) **Fundo BB DIVIDENDOS MIDCAPS FIC AÇÕES** (14.213.331/0001-14): manter a aplicação no mês de setembro e solicitar junto às Instituições Financeiras credenciadas, opções de fundos com estratégia de aplicação com gestão mais ativa que busquem superar seus benchmark e com desempenho melhor; 7-) **Fundo SANTANDER SMALL CAP FI AÇÕES** (08.537.792/0001-40): manter a aplicação no mês de setembro e solicitar junto às Instituições Financeiras credenciadas, opções de fundos com estratégia de aplicação com gestão mais ativa que busquem superar seus benchmark e com desempenho melhor; 8-) **Fundo SULAMÉRICA TOTAL RETURN FI AÇÕES** (11.458.144/0001-02): manter a aplicação no mês de setembro e solicitar junto às Instituições Financeiras credenciadas, opções de fundos com estratégia de aplicação com gestão mais ativa que busquem superar seus benchmark e com desempenho melhor e 9-) Manter as demais aplicações serão mantidas. Para o mês de **setembro, os recursos referentes à contribuição previdenciária patronal e servidor** e o pagamento da parcela da dívida previdenciária deverão ser aplicados no fundo Santander Corporate DI e o resgate para a pagamento da folha dos aposentados e pensionistas, deverá ser do fundo BNP PARIBAS Inflação FIC Renda Fixa (05.104.498/0001-56). **TRIBUNAL DE CONTAS.** Os Conselheiros Fiscais são informados sobre a fiscalização realizada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, referente ao exercício de 2013 e os documentos exigidos. **Receitas:** 1.) Com relação às receitas arrecadadas pelo Instituto, fornecer relatório especificando (Receitas oriundas da contribuição patronal, no exercício de 2013/ Receitas oriundas da contribuição dos segurados, no exercício de 2013), 2.) Com relação às dívidas dos entes municipais junto do Fundo/Instituto de Previdência, fornecer um relatório para cada ente da administração municipal, e por termo de parcelamento (especificando: Posição da Dívida em 01/01/2013/ Pagamentos durante 2013; Posição da Dívida em 31/12/2013/ Providências de cobrança adotadas, Formas e índices de atualização, bem como juntar o Termo inicial e alterações posteriores/ Cópia da lei e do parcelamento), 3.) Saldo da Dívida Ativa e/ou Créditos a Receber existente em 31/12/2013 e onde os parcelamentos estão contabilizados nas peças contábeis, 4.) Relacionar o montante recebido no exercício a título de compensação previdenciária e, em caso negativo, indicar as providências tomadas pelo instituto para a obtenção destas receitas, 5. ) Indicar o montante recebido no exercício a título de receitas financeiras, 6.) Certificar sobre a alíquota das contribuições patronal e segurados vigentes em 2013 e a base legal e, ainda, possível aporte financeiro para equacionar o déficit atuarial. **Concessão de Benefícios:** 7.) Disponibilizar cópia dos processos de concessão de 2013, inclusive com memória de cálculo dos proventos e a respectiva

publicação ou declaração negativa. **Despesas:** 8.) Disponibilizar os processos de despesa para análise, inclusive adiantamentos, 9.) Relatório discriminando as despesas administrativas no exercício de 2013, 10.) Informar o valor total anual da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime de previdência social relativamente aos exercícios de 2012 e 2013 (inciso VI, art. 8º da Lei 9717/98 e §3º do artigo 17 da Portaria 4.992/99 e art. 17, §3º da Portaria MPS 1.348/2005). Juntar Demonstrativo Bimestral enviado ao Ministério da Previdência Social. **Encargos Sociais:** 11.) Apresentar recolhimentos dos encargos sociais relativos a 2013 (INSS, FGTS, PASEP, etc.), juntando cópia do mês 12/2013 e a última parcela recolhida, 12.) Cópias das CNDs obtidas junto as Fazendas Federal, Estadual e Municipal. **Pessoal** 13.) Informar os servidores que possuem certificação para operar no mercado de investimentos, juntando-se comprovante, 14.) Relacionar os servidores do órgão constando: nome, cargo, efetivo/temporário/comissão, formação exigida pelo cargo e formação do servidor, 15.) relação dos servidores nomeados em comissão e as respectivas atribuições. Indicar, ainda, se as mesmas foram disciplinadas em lei. **Livros e Registros:** 16.) Disponibilizar, para exame, todos os livros e registros contábeis e administrativos utilizados pelo Instituto, 17.) Indicar, por meio das contas do razão e diário, os investimentos da entidade em renda fixa e renda variável, constando, ainda, convergência ao final do exercício com o balanço patrimonial. **Tesouraria, Almoxarifado e Bens Patrimoniais:** 18.) Relatar se o órgão possui sistema de segurança, inclusive mobiliários próprios, para guarda e proteção dos documentos e processos de relevância, que constitui seu patrimônio administrativo e histórico, 19.) Informar se o órgão possui cópia de seus registros contábeis, nisso inclusa a documentação dos investimentos realizados, em modelos eletrônico protegido – sistema de backup, para recuperação em caso de sinistro (relatar analiticamente), 20.) Apresentar cópia do Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros dentro do prazo de validade. **Formação /Graduação dos Membro dos Conselhos:** 21.) Para cada um dos conselhos, preencher o quadro abaixo, com os dados de seus membros (CPF/nome/escolaridade/graduação/origem). **Investimentos:** 22.) Informar a taxa real de juros estabelecida na avaliação atuarial de 2012 para os investimentos de 2013 (juntar documento probatório), 23.) Certidão indicando o responsável pela gestão dos recursos do RPPS, constando nome e CPF e sua habilitação (juntar documento probatório da habilitação), 24.) Informar se a gestão dos recursos previdenciários é própria, por entidade autorizada/credenciada ou mista, 25.) Certificar se as aplicações contam com a aprovação prévia do conselho de Administração (ou assemelhado), se há acompanhamento dos investimentos realizados, ao menos trimestrais (juntar atas/documentos probatórios), 26.) Informar se as instituições escolhidas para receber aplicações foram objeto de credenciamento e estão registradas e autorizadas pelo Banco Central e CVM, dentre outros, 27.) Informar se houve operações cuja contratação se deu pela CETIPNET (leilão), na modalidade de convidado. Caso positivo, disponibilizar a documentação ou, firmar declaração negativa, 28.) Disponibilizar para cada

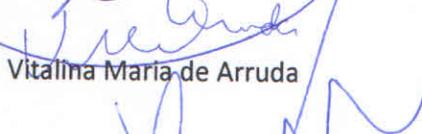
investimento os processos de aplicação de recursos, onde a entidade tenha verificado: (Observação do padrão de conduta nas operações realizadas no mercado financeiro e ausência de restrições por parte do Banco Central, CVM, dentre outros; Análise do histórico e experiência de atuação do gestor e do administrador do fundo de investimento e de seus controladores; Análise quanto ao volume de recursos sob sua gestão e administração, bem como quanto à qualificação do corpo técnico e segregação de atividades; Avaliação da aderência da rentabilidade aos indicadores de desempenho e riscos assumidos pelos fundos de investimentos sob sua gestão e administração no período mínimo de dois anos anteriores ao credenciamento; As análises dos quesitos verificados nos processos de credenciamento foram atualizadas a cada seis meses; Relatório para escolha do investimento), 29.) Apresentar cópia dos documentos (Regulamento de cada fundo de investimento, lâmina do fundo, Análise periódica da rentabilidade, Opção de investimentos devidamente assinada pelo responsável do instituto e de seu funcionário certificado, Cópia das atas onde o investimento foi apresentado aos Conselhos de Administração e Fiscal, Cópia das atas de reuniões do Comitê de Investimentos em que a aplicação foi apresentada e deliberada pelo Comitê; 30. Para cada investimento informar os nomes: do Banco Custodiante, do Administrador, do Gestor e do Fundo de Investimentos, indicando, ainda, a taxa de saída, a participação percentual da instituição em relação ao todo e a carência para o resgate), 31.) relacionar os membros do Comitê de Investimentos, conforme quadro abaixo, que deverá estar devidamente assinado: (CPF Nome Escolaridade Formação/Graduação Origem Eleito/Nomeado), 32.) Sobre o Comitê de Investimentos, informar (sua composição se dá por nomeação ou eleição, juntando-se legislação específica, seus membros tem vínculo efetivo ou de livre nomeação e exoneração com o ente federativo, qual a periodicidade das reuniões ordinárias e como ocorrem as convocações extraordinárias, há previsões de acessibilidade às informações de investimentos e desinvestimentos de recursos do RPPS, as deliberações e decisões são registradas em ata (disponibilizar), como se dá a composição e a forma de representatividade; · Apresentar regulamento/legislação que disciplina as suas ações. **Resultado dos Investimentos:** 33.) Relacionar as perdas havidas em investimentos no exercício de 2013 e se o valor foi baixado no balanço patrimonial da entidade/fundo e quais as medidas tomadas pela Administração, 34.) Para cada investimento havido em 2013, preencher o quadro juntando-se os extratos bancários de 12/2013: Mês, Valor no início do mês, Aplicação no Período Resgastes Rendimento Rendimento em percentual, Saldo ao final do mês, 35.) Informar se entidade adotou registros contábeis auxiliares para apuração de depreciações, de avaliações e reavaliações dos bens direitos e ativos, inclusive dos investimentos e da evolução das reservas, 36.) Cópia dos relatórios bimestrais de investimento enviados ao Ministério da Previdência relativamente a todo o exercício de 2013, 37.) Boletim de Caixa e Bancos e conciliação em que se comprovem os saldos de 31/12/2013 insertos no Balanço Patrimonial e 38.) Informar se o Instituto procedeu ao recenseamento

previdenciário. Ato contínuo, os membros do Conselho fiscal tomaram ciência da **Carta Precatório nº 187/2014** referente ao Processo Crime nº 0016243-27.2013.403.6181, que tramita na 2ª Vara Federal Criminal Especializada em Crimes Contra o Sistema Financeiro Nacional e Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores da cidade de São Paulo, que tem como finalidade a citação do ex-presidente do IPMU, JOSÉ CARLOS DA SILVA, para que apresente defesa à acusação de crime contra o sistema financeiro nacional e lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores, na aquisição de títulos públicos por parte do Instituto de Previdência no período de 2004 e 2006. O prazo de defesa encerrou-se no dia 31/07/2014 e a Diretoria Executiva tomou as providências necessárias para a elaboração do documento que foi protocolado. Dando sequência, os membros do Conselho Fiscal, tomaram ciência das implementações realizadas pela Diretoria Executiva, em atendimento a **PORTARIA MPS Nº 440/2013**, que dispõe sobre as aplicações dos recursos financeiros dos Regimes Próprios de Previdência Social. Conforme processo IPMU/085/2013, o Comitê de Investimentos realizou e o Conselho de Administração aprovou, a atualização do credenciamentos das 08 (oito) instituições financeiras aptas a recebem recursos financeiros do IPMU: Banco do Brasil, Banco Bradesco, Caixa Econômica Federal, HSBC Bank Brasil, Banco Santander Brasil, BNP Paribas, Itaú Unibanco e SulAmérica Investimentos DTVM SA. Após diversas colocações por parte dos membros do Conselho Fiscal, a Prestação de Contas foi aprovada. Nada mais a tratar, a reunião foi encerrada às 11 horas e para que conste, eu, Sirleide da Silva, que secretariei os trabalhos, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai por mim assinada, e pelos demais.

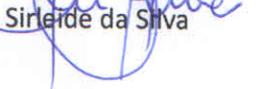
  
Aurélio Xavier Corrêa

  
Clélio Teodorico Coutinho

  
Isac Joaquim Mariano

  
Vitalina Maria de Arruda

  
Flávio Bellard Gomes

  
Sirleide da Silva